



**MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
5ª CÂMARA DE COORDENAÇÃO E REVISÃO
PATRIMÔNIO PÚBLICO E SOCIAL**



**RELATÓRIO DE ATIVIDADES
2004**



SUMÁRIO

1.	APRESENTAÇÃO	3
2.	ATUAÇÃO DO COLEGIADO	5
2.1.	Metas de âmbito institucional:	5
2.2.	Metas de âmbito administrativo da 5ª CCR:	5
2.3.	Relação dos temas mais frequentemente apreciados pelo Colegiado	6
2.4.	Reuniões	7
2.5.	Remessa de PA's	7
2.6.	Procedimentos Distribuídos e Relatados pelos Membros	8
2.7.	Fluxo de Procedimentos	8
2.8.	Expedientes da Câmara	9
3.	ATUAÇÃO DOS MEMBROS NA ÁREA TEMÁTICA	10
3.1.	Estatísticas da Atuação - Ações Judiciais e PA's	10
3.1.1.	Atuação por Matéria	10
3.1.2.	Atuação por Matéria: Procedimento Administrativo	10
3.1.3.	Atuação por Matéria: Ação Judicial	10
3.1.4.	Procedimento Administrativo por Estado da Federação e Regional	11
3.1.5.	Atuação Judicial do MPF por Estado da Federação e Regional	12
3.1.6.	Situação e Resultados	13
3.1.7.	Modos de Atuação	13
4.	ATUAÇÃO TÉCNICA	14
4.1.	Demonstrativos - Tabelas e Gráficos	14
4.2.	Trabalhos destacados	14
4.2.1.	Assessoria Técnica - Contabilidade	14
4.2.2.	Assessoria Técnica - Economia	15
4.2.3.	Assessoria Técnica - Engenharia Civil	16
4.2.4.	Assessoria de Informação e Documentação	19
4.2.5.	Assessoria Jurídica	19
5.	ENCONTRO NACIONAL	20
6.	HOME PAGE	21
7.	BANCO DE DADOS/CATÁLOGO	22
8.	CONVÊNIOS	23
8.1.	Banco Central do Brasil - BACEN	23
8.2.	Caixa Econômica Federal - CEF	23
8.3.	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA	23
8.4.	Ministério da Defesa - Comando do Exército	23
8.5.	Secretaria da Receita Federal - SRF	23
8.6.	Serviço Federal de Processamento de Dados - SERPRO	23
8.7.	Tribunal de Contas da União - TCU	23
9.	SISTEMAS INFORMATIZADOS E APLICATIVOS	24
10.	RECURSOS SOLICITADOS PELA CÂMARA	25

11. COMPOSIÇÃO DA CÂMARA	26
11.1. Membros do Colegiado	26
11.2. Representação eleita nos Estados e Municípios	26
12. EQUIPE DE SERVIDORES	29
12.1. Assessoria Técnica	29
12.2. Assessoria Jurídica	29
12.3. Assessoria de Informação e Documentação	29
12.4. Assessoria Administrativa	29



1. APRESENTAÇÃO

Em cumprimento ao art. 7º, III, da Resolução nº 20/96, a Câmara do Patrimônio Público e Social (5ª CCR) apresenta o Relatório de suas atividades no ano de 2004, cumprindo registrar que o biênio da nova gestão iniciou-se em 3 de maio de 2004.

A defesa do patrimônio público e social é missão das mais importantes a cargo do Ministério Público Federal e a teor do art. 58-62 da LC 75/93 deve ser desempenhada com coordenação, integração, revisão e subsídios técnicos. Esta é a Câmara cujos membros afetos ao seu âmbito de abrangência tem por finalidade, no âmbito *cível*, prevenir e combater a corrupção pelos instrumentos extrajudiciais: recomendações e termos de ajustamento de condutas, e *judiciais*: ações de improbidade e de ressarcimento, postos à disposição pela LC 75/93 e legislação complementar.

As metas indicadas visavam focar no dia a dia a busca da eficiência na atuação. O Colegiado aumentou o número de reuniões para tentar dar evasão aos cerca de trezentos procedimentos administrativos mensais distribuídos e passou a elaborar por escrito todos os votos visando tornar transparente e pública as fundamentações e inseri-los, para consulta, no futuro banco de dados de inteiro teor. Enumera-se os assuntos mais tratados.

Por sua vez, para coordenar e integrar os membros, fazia-se necessário obter informações periódicas dos procuradores sobre as suas atuações nos Estados e nos Municípios, daí porque desenvolveu-se intenso trabalho de conscientização da importância dessas comunicações à 5ª CCR, trabalho este já iniciado na gestão anterior, e que findou por dar concretude à confecção de um quadro de atuação parcial de nível nacional. Nesse objetivo contou-se com expressivo número de procuradores, sem que ainda se tenha atingido número ideal de comunicações.

Destaca-se o VI Encontro Nacional, autorizado para o comparecimento de cinquenta membros de outros Estados/Municípios que divididos em cinco equipes produziram dois livretos, o primeiro, de ajuda nas atuações de defesa da legalidade e das verbas públicas direcionadas à Saúde, Educação, Licitações e Obras Públicas, Desapropriações e Bens Públicos, Concursos e Servidores; o segundo consistindo num roteiro de uso dos instrumentos extrajudiciais, tendo sido ambos distribuídos aos Conselheiros e disponibilizados no *site* da 5ª CCR.

Para a criação do Banco de Dados de inteiro teor de documentos, trabalho que já vinha sendo desenvolvido pela Secretaria de Informática, a 5ª CCR deu prioridade, tendo inclusive contado com a colaboração de colegas da PRR1, PRR4 e de colegas do DF e dos Estados visando torná-lo importante instrumento de pesquisa nos trabalhos extrajudiciais e forenses do MPF, tendo para esse objetivo havido inúmeras reuniões técnicas e troca de impressões com colegas de todo o País. O Catálogo de Ações, iniciativa da gestão anterior,

recebeu tratamento dos seus dados visando aproveitamento em banco de dados do Ministério Público Federal.

A *home page* da 5ª CCR é considerada um importante instrumento de comunicação e divulgação de informações e subsídios técnicos, tendo por isso dedicado atenção a sua atualização e inserção de documentos úteis à atuação na área temática, destacando-se para consulta os Sistemas Informatizados, os Aplicativos e os Convênios.

Cabe destacar a produção de pareceres e informações pelos setores técnicos de Contabilidade, Economia e Engenharia que vieram a respaldar as atuações dos membros, cumprindo ainda registrar as perícias contratadas para auxílio ao desempenho das atividades da área.

Por fim, enumera as necessidades materiais e humanas solicitadas à Administração Superior, algumas ainda não atendidas.

Brasília, 12 de agosto de 2005

Gilda Pereira de Carvalho

Subprocuradora-Geral da República
Coordenadora da Câmara do Patrimônio Público e Social



2. ATUAÇÃO DO COLEGIADO

2.1. Metas de âmbito institucional:

- 2.1.1. identificação dos casos/situações nos Estados que demandassem uma ação uniforme regional ou nacional;
- 2.1.2. possibilidade de uma atuação preventiva;
- 2.1.3. formação de *grupos de trabalho* temáticos criados a partir das respostas ao “questionário da 5ª CCR” respondido pelos membros, elegendo como *prioridades* as sugestões colhidas do questionário, que foram para atuação nas áreas de saúde, educação, licitações e obras públicas, desapropriação e bens públicos, concursos e servidores; estabelecendo coordenador(a) nos grupos de trabalho, criando as respectivas listas de discussões no *site* próprio.
- 2.1.4. criação e implementação de base de dados, desenvolvida pela Secretaria de Informática com a colaboração da 5ª CCR, de inteiro teor das ações civis/improbidades, pareceres, portarias, recomendações, termos de ajustamento de condutas, peças recursais, despachos, votos, dentre outros trabalhos;
- 2.1.5. produção no VI Encontro dos manuais de *procedimento padrão de atuação* quanto a defesa das *verbas públicas* destinadas à Saúde, à Educação, a Licitações e Obras Públicas, à Desapropriação e Bens Públicos, e quanto à legalidade dos Concursos Públicos e contratação dos Servidores;
- 2.1.6. produção no VI Encontro do roteiro para padronização dos instrumentos de atuação tais como: Inquérito Civil Público e Procedimento Administrativo; Termo de Ajustamento de Conduta, Recomendações, Mecanismos de avaliação de resultados, Competência Revisional da Câmara e Atuação em função da Lei de foro privilegiado;
- 2.1.7. aprimoramento dos Catálogos de Ações e Procedimentos com os expurgos de outras matérias e inclusão de novos campos, tais como: tipo, matéria e situação;
- 2.1.8. elaboração de Curso de Aperfeiçoamento para Membros e Servidores na área de Improbidade Administrativa a ser ministrado pela ESMPU;
- 2.1.9. criação de lista “patrimônio público” e fórum temático;
- 2.1.10. manutenção da representação da 5ª CCR nos Estados e Municípios, que pode coincidir com os coordenadores de núcleos, a critério das Unidades, elencando algumas das suas tarefas; e
- 2.1.11. elaboração do Informativo onde se propõe fazer ciente os membros dos documentos e comunicações existentes e recebidas pela 5ª CCR com o intuito de fomentar a troca de experiências, práticas e iniciativas.

2.2. Metas de âmbito administrativo da 5ª CCR:

- 2.2.1. adoção de prática de serem escritos todos os votos e inseridos pela assessoria jurídica no banco de dados de inteiro teor para consultas;
- 2.2.2. elaboração da Pauta de Reuniões e publicação no *site* da 5ª CCR, com antecedência no mínimo de três dias onde consta o nº do PA, o nome do Interessado e do Relator (a); e indicação do Assunto a ser tratado;

- 2.2.3. inclusão das atas de distribuição no *site*;
- 2.2.4. criação no âmbito da 5ª CCR, de mais duas assessorias (além de 2 técnicas periciais), a Assessoria Jurídica para atender a cada um dos membros e a Coordenação, e a de Informação e Documentação para produção do Informativo para o público interno, trato com os cadastros dos membros aos Sistemas Informatizados Externos (SIAFI, CPF, CNPJ etc), trato das informações para arquivo ou publicidade interna, fornecimento de informação à ASCOM e permanente atualização e inserção das informações no *site*.
- 2.2.5. criação função de coordenador técnico com a finalidade de zelar pela distribuição equitativa e o aprimoramento dos serviços prestados nesta área, respeitada à autonomia técnica do analista pericial;
- 2.2.6. criação um banco de dados de inteiro teor dos *pareceres técnicos e informações* produzidas pelos peritos e assessores técnicos e um banco de dados de dossiês técnicos;
- 2.2.7. publicação das monografias e arrazoados produzidos no biênio anterior, para tanto solicitando verba quando da elaboração do orçamento;
- 2.2.8. racionalização das rotinas de Trabalho, mediante a elaboração dos manuais de procedimento e rotinas da Câmara; e
- 2.2.9. atualização do regimento da 5ª CCR.

2.3. Relação dos temas mais freqüentemente apreciados pelo Colegiado

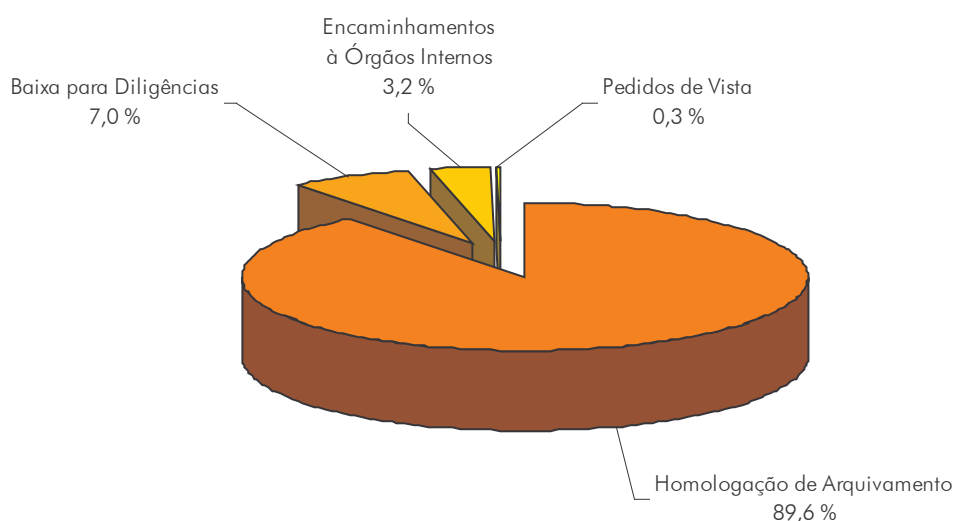
- Contratações, sem concurso pelos Conselhos Federais de Fiscalização Profissional e outras irregularidades que deu origem a Orientação da 5ª CCR aos membros para a celebração de Termos de Ajustamentos de Conduta quanto a data de exigência de Concurso Público, conforme minuta redigida no VI Encontro com as partes e membros atuantes no ofício
- Contratações sem concurso público diversas
- Irregularidades diversas na realização de Concursos
- Concessão de empréstimos públicos com irregularidades
- Conflitos negativos de atribuição diversos
- Conflito de atribuições originados na Lei nº 10.628/2002 que criou a Prerrogativa de foro para agentes públicos passivos da Lei de Improbidade
- Desvios de verbas de Convênios firmados entre órgãos federais e municípios
- Fraudes ou irregularidade em Licitações e Obras Públicas
- Demora na apreciação de processos administrativos pelos Órgãos Públicos
- Improbidade administrativa diversas cometidas por servidores públicos
- Cobrança indevida de honorários com Autorização de Internação Hospitalar - AIH
- Privatizações da Rede Ferroviária Federal S/A e Cia. Vale do Rio Doce
- Contratação indevida de advogado por órgão público
- Provimento derivado de cargos públicos
- Práticas de irregularidades no Instituto Nacional do Seguro Social - INSS
- Acumulação ilegal de cargos públicos
- Acumulação indevida de proventos de aposentadoria e vencimentos
- Irregularidades na execução do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil - PETI
- Ocupação irregular de terreno público

- Pagamento indevido de benefícios previdenciários
- Cobrança indevida aos usuários do Sistema Único de Saúde - SUS
- Fraudes e irregularidades na aplicação do Fundo Nacional de Desenvolvimento do Ensino Fundamental - FUNDEF
- Relatório de obras inacabadas do Senado Federal
- Administração de Universidades Federais
- Notificação pelas prefeituras municipais aos partidos políticos, sindicatos de trabalhadores e entidades empresariais a respeito da liberação de verbas federais - Lei nº 9.452/97
- Desvio de verbas federais

2.4. Reuniões

No ano de 2004 a 5ª Câmara realizou 31 reuniões com os seguintes resultados:

Decisão	Procedimentos
Homologação de Arquivamento	1.774
Baixa para Diligências	138
Encaminhamentos à Órgãos Internos (PFDC, Câmaras e Secretarias)	63
Pedidos de Vista	6
TOTAL	1.981



2.5. Remessa de PA's

O Tribunal de Contas da União - TCU remete regularmente Tomadas de Contas ao Procurador-Geral da República, que por sua vez, remete-as à 5ª Câmara que as direciona as Procuradorias, depois de autuá-las e registrá-las no ARP.

Remessa	Procedimentos
Remessas de procedimentos oriundos de documentos enviados pelo TCU (99%) e de outros órgãos (1%)	1.061
TOTAL	1.061

2.6. Procedimentos Distribuídos e Relatados pelos Membros

Foram distribuídos 2.475 procedimentos e relatados 1.981, não estando incluídos nesse número os procedimentos em que houve apenas encaminhamentos à PRR, PR ou PRM.

No total de procedimentos relatados está incluso saldo remanescente de procedimentos distribuídos no ano anterior.

ANO DE 2004

Membros		Distribuídos	Vista	Relatados
JANEIRO à ABRIL	Dra. Helenita A. G. Caiado De Acioli	342		399
	Dr. Flávio Giron	342		370
	Dr. Haroldo Ferraz Nóbrega	20		233
	Dr. Eduardo Antônio Dantas Nobre	0		279
Subtotal1		704		1.281

Membros		Distribuídos	Vista	Relatados
MAIO à DEZEMBRO	Dra. Gilda Pereira de Carvalho	616	1	232
	Dr. Moacir Mendes Sousa	456		198
	Dra. Célia Regina Souza Delgado	537	1	209
	Dr. Haroldo Ferraz Nóbrega	126	3	48
	Dr. Brasilino Pereira dos Santos	36	1	13
Subtotal2		1.771	6	700
Total		2.475	6	1.981

Fonte: Ata da 299ª Reunião

Procedimentos	Quantidade
Distribuídos	2.475
Relatados	- 1.981
TOTAL REMANESCENTE	494

2.7. Fluxo de Procedimentos

Em 2004, ingressaram na 5ª Câmara 3.572 (três mil quinhentos e setenta e dois) procedimentos, incluídos os encaminhados pelo Tribunal de Contas da União (vide item 5,2). No mesmo período, 3.227 (três mil duzentos e vinte e sete) foram expedidos. Para melhor compreensão destes números e da evolução do fluxo no ano de 2004, apresenta os seguintes quadros e gráficos:

2004	PROCEDIMENTOS	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ	TOTAL
	Recebidos	94	234	261	273	344	415	346	278	335	310	330	352	3.572
	Expedidos	267	336	362	662	585	2	221	70	178	158	120	266	3.227

Fonte: Secretaria da 5ª CCR

2.8. Expedientes da Câmara

Correspondências Recebidas	
Correspondências	3.229
Total:	3.229

Correspondências Expedidas	
Ofícios	3.812
Ofícios-Circulares	16
Memorandos	254
Total:	4.082

E-mails Recebidos	
5camara@pgr.mpf.gov.br	715
5ccrati@pgr.mpf.gov.br	450
Total:	1.165



3. ATUAÇÃO DOS MEMBROS NA ÁREA TEMÁTICA

3.1. Estatísticas da Atuação - Ações Judiciais e PA's

3.1.1. Atuação por Matéria: Procedimento Administrativo e Ação Judicial

Assistência Social	68
Desapropriação e Bens Públicos	131
Educação	182
Improbidade (Strictu Sensu)	471
Licitação e Obras Públicas	295
Previdência	100
Saúde	356
Servidores e Concursos	250
Verbas Públicas Diversas	522
Outros	205
Total	2.580

3.1.2. Atuação por Matéria: Procedimento Administrativo

Procedimento Administrativo	Assistência Social	65
	Desapropriação e Bens Públicos	128
	Educação	162
	Improbidade (Strictu Sensu)	415
	Licitação e Obras Públicas	273
	Previdência	98
	Saúde	331
	Servidores e Concursos	236
	Verbas Públicas Diversas	486
	Outros	196
Total		2.390

3.1.3. Atuação por Matéria: Ação Judicial

Ação Judicial	Assistência Social	3
	Desapropriação e Bens Públicos	3
	Educação	20
	Improbidade (Strictu Sensu)	56
	Licitação e Obras Públicas	22
	Previdência	2
	Saúde	25
	Servidores e Concursos	14
	Verbas Públicas Diversas	36
	Outros	9
Total		190

3.1.4. Procedimento Administrativo por Estado da Federação e Regional

	Unidade do MPF	PR	UF
Procedimento Administrativo	2ª Região	1	1
	5ª Região	318	318
	AP	66	66
	ES	45	52
	ES/PRM - Cachoeira do Itapemirim	7	
	MG	407	467
	MG/PRM - Juiz de Fora	10	
	MG/PRM - Uberaba	2	
	MG/PRM - Uberlândia	48	
	MS	6	6
	PA	30	169
	PA/PRM - Marabá	139	
	PB	53	68
	PB/PRM - Campina Grande	15	
	PE/PRM - Petrolina	22	22
	PR	24	30
	PR/PRM - Guarapuava	1	
	PR/PRM - Umuarama	5	
	RJ	512	519
	RJ/PRM - Itaperuna	7	
	RR	32	32
	RS	145	179
	RS/PRM - Bento Gonçalves	15	
	RS/PRM - Lajeado	4	
	RS/PRM - Santa Cruz do Sul	12	
	RS/PRM - Uruguaiana	3	
	SC	126	143
	SC/PRM - Blumenau	5	
	SC/PRM - Criciúma	9	
	SC/PRM - Itajaí	2	
	SC/PRM - Joinville	1	
	SP	70	241
	SP/PRM - Bauru	31	
	SP/PRM - Guarulhos	13	
	SP/PRM - Marília	14	
	SP/PRM - Ourinhos	34	
	SP/PRM - Piracicaba	15	
	SP/PRM - Ribeirão Preto	14	
	SP/PRM - Santos	39	
	SP/PRM - São José do Rio Preto	11	
	TO	77	77
Total		2.390	2.390

3.1.5. Atuação Judicial do MPF por Estado da Federação e Regional

Ação Judicial	Unidade do MPF	PR	UF
	2ª Região	7	7
	5ª Região	2	2
	AM	1	1
	AP	9	9
	BA	1	1
	CE	2	2
	DF	3	3
	ES	13	14
	ES/PRM - Cachoeira do Itapemirim	1	
	GO	3	3
	MA/PRM – Imperatriz	1	1
	MG	21	26
	MG/PRM - Uberlândia	5	
	MS	1	1
	PA	52	54
	PA/PRM - Marabá	2	
	PB/PRM - Campina Grande	9	9
	PR/PRM - Guarapuava	1	2
	PR/PRM – Londrina	1	
	RJ	1	3
	RJ/PRM - Itaperuna	1	
	RJ/PRM – São João de Meriti	1	
	RR	16	16
	RS	4	7
	RS/PRM - Caxias do Sul	2	
	RS/PRM – Rio Grande	1	
	SC	8	15
	SC/PRM - Criciúma	1	
	SC/PRM – Joaçaba	4	
	SC/PRM - Joinville	2	
	SE	1	1
	SP	7	13
	SP/PRM - Marília	1	
	SP/PRM - Ribeirão Preto	1	
	SP/PRM - Santos	3	
	SP/PRM – Sorocaba	1	
Total		190	190

3.1.6. Situação e Resultados

Arquivamento	291	11,70%
Decisão Judicial	9	0,36%
Em tramitação	2188	87,94%
Total	2.488	

Nota: de um total de 2.580 registros, 92 estão com o campo resultado em "branco", resultando na impossibilidade da classificação da situação em que se encontra o procedimento ou feito judicial.

3.1.7. Modos de Atuação

Ação Judicial	190	7,64%
Arquivamento	250	10,05%
Em tramitação	2.007	80,67%
Recomendação*	39	1,57%
TAC*	2	0,08%
Total	2.488	

Fonte: Ofícios-Circulares nºs 001 e 003/2004-5ª CCR

* Informativos 5ª CCR e e-mails recebidos

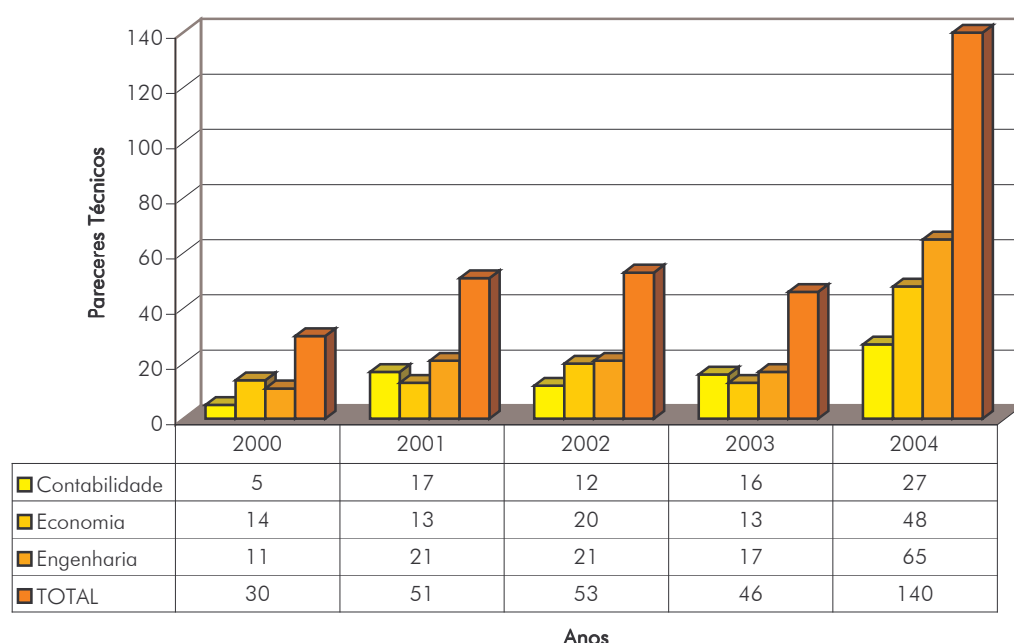


4. ATUAÇÃO TÉCNICA

4.1. Demonstrativos - Tabelas e Gráficos

Embora contando com apenas 2 Engenheiras, 2 Economistas e 3 Contadores, a quantidade de casos encaminhados a Câmara, para elaboração de pareceres técnicos, tem crescido nos últimos anos, como demonstrado no seguinte gráfico:

ATUAÇÕES TÉCNICAS



4.2. Trabalhos destacados

4.2.1. Assessoria Técnica - Contabilidade

- MPF-PGR 1.00.000.003388/2003-04 - Governo do Estado do Rio de Janeiro. Irregularidades apontadas pelo Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro no parecer prévio das contas da ex-governadora Benedita da Silva. Solicitante: Procurador-Geral da República. (Parecer Técnico nº 005/2004).
- MPF-PGR 1.31.000.000303/2003-51. Irregularidades cometidas em processos de licitações e na execução de convênios federais pelo ex-Prefeito do Município de Rolim de Moura (RO) e atual Governador do Estado de Rondônia Exmo. Sr. Ivo Narciso Cassol. Solicitante: Subprocuradora-Geral da República Dra. Ela Wiecko V. de Castilho. (Parecer Técnico nº 007/2004).
- Dossiê nº 986/5ª CCR - Análise do laudo de avaliação elaborado pela empresa Ernst Young, o qual serviu de base para a definição do preço de

aquisição da operadora de telefonia móvel TNL PSA S.A "Oi" pela Telemar Norte Leste S/A.

Solicitante: Dra. Maria Cristina Manella Cordeiro. (Parecer Técnico nº 011/2004).

- Dossiê nº 916/5ª CCR - Ação Civil Ordinária nº 570-1/010 proposta pelo Estado de Roraima contra a União Federal referente a deduções da base de cálculo do Fundo de participação dos estados - FPE.

Solicitante: Dr. Antônio Fernando de Barros e Silva de Souza. (Parecer Técnico nº 028/2004).

- MPF - PGR/DF 1.33.000.006929/2002-16 - Ausência de repasse de recursos do Instituto Nacional do Seguro Social - INSS: auxílios doença e acidente do trabalho pela empresa TELESC Brasil Telecom.

Solicitante: Dr. Cláudio Dutra Fontella. (Parecer Técnico nº 029/2004).

- MPF - PGR/DF 08100.000359/92-52 - Ação Civil Pública do Ministério Público Federal objetivando a anulação do processo de desestatização da empresa Goiás Fertilizantes S.A - GOÍASFERTIL.

Solicitante: Dr. Peterson de Paula Pereira. (Parecer Técnico nº 031/2004).

- MPF-PRSP (Campinas). Dossiê nº 1066/5ª CCR - Empresa Brasileira de Infra-Estrutura Aeroportuária - INFRAERO. Obras do Aeroporto Internacional de Viracopos em Campinas (SP).

Solicitante: Procuradora da República Dra. Letícia Pohl. (Parecer Técnico nº 036/2004).

- MPF-PRRJ (Nova Friburgo) 1.30.006.000049/2004-50 - Títulos da Eletrobrás. Falsidade ideológica. Revisão de Cálculos periciais.

Solicitante: Procurador da República Dr. Jessé Ambrósio dos Santos Junior. (Parecer Técnico nº 038/2004).

4.2.2. Assessoria Técnica - Economia

- MPF Nº 1.31.000257/2000-48 - METALMIG - Mineração e Comércio Ltda. — Caução de Obrigações ao Portador de emissão da Centrais Elétricas Brasileiras - Eletrobrás — Cálculo de atualização monetária e juros.

Solicitante: Coordenadora da Egrégia 4ª Câmara (Parecer Técnico nº 006/2004).

- MPF PR/SC 1.33.000.003315/2003-63 - Dossiê CODID nº 841/97. Análise econômica da Concorrência Internacional nº 203.78006.0/CO. FURNAS. 001.97, concernente a compra de potência firme e energia associada, proveniente da Argentina.

Solicitante: Procuradora da República Samantha Chantal Dobrowolski (Parecer Técnico nº 015/2004).

- Dossiê 993/5ª CCR - Ação de Execução nº 2000.39.00.001328-3 — Cálculos de liquidação — Despacho de fl. 58 (vol. 2) - Cálculo sob três hipóteses.

Solicitante: Procuradora da República Ládía Mara Duarte Chaves - PR/PA (Parecer Técnico Nº 010/2004)

- Dossiê 990/5ª CCR - Comissão Municipal do Banco da Terra em Cunhataí (SC) - análise bancária e fiscal.

Solicitante: Procurador da República Pedro Antônio Roso - PR/SC (Parecer Técnico Nº 017/2004)

- Dossiê 1063/5ª CCR - Análise do Estudo de Viabilidade Econômica da Ampliação dos Molhes do Porto de Rio Grande e Dragagem de Aprofundamento do Canal de Acesso ao referido Porto, no Estado do Rio Grande do Sul.
Solicitante: Procurador da República Enrico Rodrigues de Freitas (Parecer Técnico nº 033/2004).
- Dossiê 1070/5ª CCR - Embargos à Execução no Mandado de Segurança nº 1678/DF. Ofício nº 299/2004-GPC, de 7/10/04 — Conferência de cálculos em precatório.
Solicitante: Subprocuradora-Geral Gilda Pereira de Carvalho - PGR (Parecer Técnico Nº 034/2004)
- Dossiê 1094/5ª CCR - Cálculos de liquidação de Sentença referentes ao processo de desapropriação da área com benfeitorias de propriedade da SOTAVE AMAZÔNIA QUÍMICA E MINERAL S/A, localizada na Ilha de Caratateua, Distrito de Icoaraci, na cidade de Belém - PA, em curso na Justiça Federal no Estado do Pará.
Solicitante: Procurador da República Régis Richael Primo da Silva (Parecer Técnico nº 041/2004).
- CASO VARIG - RESP 628806 - Viação Aérea Riograndense - VARIG e sua incorporada, em 16/12/92, Cruzeiro do Sul S/A Serviços Aéreos - Análise do Laudo Pericial - Pontos importantes.
Solicitante: Subprocurador-Geral da República Aurélio Virgílio Veiga Rios (Informação nº 040/2004).
- PA 1.00.000.006585/2003-77 PR/DF - Identificação dos valores envolvidos na transação das ações do Controle da Companhia Rio Grandense de Telecomunicações - CRT, entre a vendedora holding TBS Participações S.A. e a compradora Brasil Telecom Participações S.A. e sua controladora Brasil Telecom S.A.
Solicitante: Subprocuradora-Geral da República Gilda Pereira de Carvalho (Informação nº 058/2004).
- PA 318/93 (MPF/PR/SC/1.33.000.004134/2003-54) - Acumulação indevida das Gratificações Judiciária e Extraordinária percebidas por servidores do TRT/12ª Região, no Estado de Santa Catarina.
Solicitante: Procurador da República Cláudio Dutra Fontella (Informação nº 061/2004).
- Dossiê 1103/5ª CCR - Notícia Crime nº 60/PB - Evolução patrimonial nos exercícios de 1994 e 1995 - Nota Cofis/GAB nº 2004/00143 — Análise das informações técnicas prestadas pela Coordenadoria-Geral de Fiscalização da Receita Federal.
Solicitante: Subprocuradora-Geral Deborah Duprat Macedo de Brito Pereira (Parecer Técnico Nº 045/2004).

4.2.3. Assessoria Técnica - Engenharia Civil

a) Trabalhos realizados pela Assessoria:

- PA 1.16.000.000461/2003-18 - Análise técnica de possíveis irregularidades na contratação de empresa especializada para a execução de obras de recuperação estrutural nos edifícios Anexo I e Anexo II do Ministério de Relações Exteriores.

- Solicitante: Raquel Branquinho P. Mamede Nascimento - PR/DF. (Parecer Técnico nº 001/2004).
- Dossiê 811/5ª CCR - Análise de indícios de irregularidades na execução das obras nas Rodovias Federais no Estado do Tocantins: BR-010, BR-235, BR-153, BR-230 e BR-242 (MT/DNER).
Solicitante: Zilmar Antônio Drumond e Israel Gonçalves Santos Silva - PR/TO. (Parecer Técnico nº 003/2004).
 - PA 1.25.000.002380/2003-43 - Análise de indícios de irregularidades na construção do Parque Ecológico do Município de Assis Chateaubriand - PR.
Solicitante: Adriana Aparecida Storoz Mathias dos Santos - PRM/UMR. (Parecer Técnico nº 004/2004).
 - Dossiê 950/5ª CCR - Análise técnica da obra de duplicação da Rodovia Federal BR-316, entre os municípios de Castanhal e Belém/PA (MT/DNIT).
Solicitante: Patrick Salgado Martins - PR/PA. (Parecer Técnico nº 008/2004).
 - Dossiê 974/5ª CCR - Análise Técnica do Edital de Pré-Qualificação, referente à licitação de obras e serviços de engenharia no aeroporto Santa Genoveva, Goiânia-GO.
Solicitante: Hélio Telho Corrêa Filho - PR/GO. (Pareceres Técnicos nºs 009, 023, 030 e 044/2004).
 - PA 1.18.000.008257/2001-17 - Análise de indícios de superfaturamento na Tomada de Preços nº 04/2001 da Superintendência da Polícia Federal em Goiás.
Solicitante: Hélio Telho Corrêa Filho - PR/GO. (Parecer Técnico nº 013/2004).
 - Dossiê 986/5ª CCR - Análise do laudo de avaliação dos bens imóveis - aquisição da operadora de telefonia móvel "Oi" pela Telemar Norte Leste S/A.
Solicitante: Maria Cristina Mannela Cordeiro - PR/RJ. (Parecer Técnico nº 016/2004).
 - Dossiê 1036/5ª CCR - Vistoria em seis imóveis do Grupo OK, visando caracterizar a real situação dos mesmos.
Solicitante: José Roberto Pimenta Oliveira - PR/SP. (Parecer Técnico nº 020/2004).
 - Dossiê 432/5ª CCR - Verificação de indícios de superfaturamento (quantitativos) - Projeto de Irrigação de Luís Alves do Araguaia, São Miguel do Araguaia/GO.
Solicitante: Hélio Telho Corrêa Filho - PR/GO. (Parecer Técnico nº 021/2004).
 - Representação OTC 1.34016.000179/2003-43
Solicitante: Vanessa Seguezzi e Roberta Trajano S. Peixoto - PRM/SOROCABA. (Parecer Técnico nº 024/2004).
 - Dossiê 1039/5ª CCR - Análise sobre o BDI - obras da Adutora do Alto Sertão e Sertaneja/SE.
Solicitante: Paulo Gustavo Guedes Fontes - PR/SE. (Parecer Técnico nº 026/2004).
 - Dossiê 1064/5ª CCR - Análise técnica dos documentos e resposta aos quesitos referentes às obras e serviços de engenharia no aeroporto de Congonhas, São Paulo/SP.
Solicitante: Susana Fairbanks Lima de Oliveira - PR/SP. (Parecer Técnico nº 032/2004).
 - Dossiê 1074/5ª CCR - Análise técnica do edital de licitação das obras e serviços de engenharia no aeroporto Santos Dumont, Rio de Janeiro/RJ.

- Solicitante: Lilian Guilhon Dore - PR/RJ. (Parecer Técnico nº 037/2004).
- Dossiê 1066/5ª CCR - Resposta a quesitos referentes às obras e serviços de engenharia no Aeroporto Internacional Viracopos em Campinas/SP.
Solicitante: Letícia Pohl - PRM/Campinas. (Parecer Técnico nº 043/2004).
 - Dossiê 932/5ª CCR - Perícia técnica realizada no Prédio da INTERLEGIS (PRODASEN/SENADO FEDERAL)
Solicitante: Luiz Francisco Fernandes de Souza - PR/DF. (INFORMAÇÃO Nº 019/2004 e Parecer Técnico elaborado pela CEF).
 - Dossiê 1059/5ª CCR - Análise Técnica relativa à necessidade de construção de acostamento e implantação de sinalização vertical e horizontal na BR-356, no Município de Itaperuna/RJ.
Solicitante: Tarcísio Henriques Filho - PRM/Itaperuna/RJ. (INFORMAÇÕES Nºs 063, 078 e 084/2004).
 - Dossiê 1040/5ª CCR - Análise Técnica relativa ao rompimento da barragem de Camará, no Município de Alagoa Nova no Estado da Paraíba.
Solicitante: Fábio George Cruz Nóbrega - PR/PB. (INFORMAÇÃO Nº 065/2004 e Parecer Técnico elaborado por professores da USP).
 - Dossiê 1052/5ª CCR - Curso ministrado sobre “Auditoria em Obras de Edificações Públicas” para os Analistas de Controle Interno do MPU. Elaboração de material didático.
Solicitante: Auditora Chefe Ruth Maria da Silva Moura - AUDIN/MPU. (Material didático: “OBRAS DE EDIFICAÇÕES PÚBLICAS” - Princípios básicos para Auditoria).
 - Dossiê 1093/5ª CCR - Departamento Nacional de Obras Contra as Secas-DNOCS. Recuperação da infra-estrutura do perímetro irrigado Cachoeira II, no Município de Serra Talhada/PE.
Solicitante: Marcos Antônio da Silva Costa - PR/PE. (Atividade de Assistente Técnico por parte do MPF).

b) Trabalhos contratados pelo MPF:

- Dossiê 1040/5ª CCR - Perícia Técnica relativa ao rompimento da barragem de Camará, no Município de Alagoa Nova no Estado da Paraíba, realizada pelo Engenheiro Carlos Manoel Nieble e pelo Prof. Dr. Milton Assis Kanji. Trabalho iniciado e concluído em 2004. Valor: R\$ 12.600,00.
- Dossiê 1051/5ª CCR - Perícia Técnica realizada na Barragem do Rio São Bento, localizada no Município de Siderópolis/SC, por professores da Universidade de Brasília-UnB, tendo como responsável pelos trabalhos o Prof. José Alex Sant’Anna. Trabalho iniciado em 2004 e concluído em 2005. Valor desembolsado pelo MPF em 2004: R\$ 10.020,00.
- Dossiê 1051/5ª CCR - Perícia Técnica realizada na BR-356, Município de Itaperuna/RJ, por professores da Universidade de Brasília-UnB, tendo como responsável pelos trabalhos o Prof. José Alex Sant’Anna. Trabalho iniciado em 2004 e concluído em 2005. Valor desembolsado pelo MPF em 2004: R\$ 7.860,00.
- Dossiê 811/5ª CCR - Perícia Técnica sendo realizada nas Rodovias Federais no Estado do Tocantins: BR-010, BR-235, BR-153, BR-230 e BR-242 por professores da Universidade de Brasília-UnB, tendo como responsável pelos trabalhos o Prof. José Alex Sant’Anna. Trabalho iniciado em 2004, ainda em fase de conclusão. Valor desembolsado pelo MPF em 2004: R\$ 35.520,00.

4.2.4. Assessoria de Informação e Documentação

Esta área foi implantada em 2004, destacando-se entre suas atribuições a análise das informações para o âmbito interno; administração do conteúdo do *site*; esclarecimentos sobre o uso dos recursos técnicos jurídicos da Câmara e dar tratamento e encaminhamento às denúncias recebidas na Câmara por e-mail. Prestar todo apoio no sentido de que a Câmara divulgue as suas informações aos membros e manter o membro Coordenador informado do noticiário nacional.

Produce os informativos quinzenalmente, encontráveis no *link* “Informativos/Comunicados”. Tem a seu cargo o cadastramento dos membros e as renovações de senhas nos sistemas Rede SERPRO, SIAFI, SISBACEN e auxilia diretamente a Coordenadora da Câmara nos encaminhamentos das fichas cadastrais para habilitação nas bases de dados da Secretaria da Receita Federal (CPF e CNPJ).

4.2.5. Assessoria Jurídica

Esta área em 2004 foi instalada nas dependências da Câmara, sendo designado um bacharel em direito para auxiliar cada membro da Câmara. Tal providência tem contribuído consideravelmente para o desempenho das atividades do Colegiado.

Esta assessoria também é responsável pela alimentação dos votos dos membros na base de dados de inteiro teor.



5. ENCONTRO NACIONAL

A Câmara promoveu o VI Encontro Nacional nos dias 21 a 23 de setembro de 2004, nas dependências da Escola Superior do Ministério Público da União, contando com 56 participantes.

Os 56 membros foram alocados em grupos de acordo com as prioridades de atuação eleitas pela 5ª CCR a partir da identificação dos casos/situações nos Estados: Educação, Saúde, Licitações e Obras Públicas, Desapropriações e Bens Públicos e Concursos e Servidores.

O resultado do Encontro foi a elaboração de dois livretos, com Apresentação da Coordenadora, publicados pela 5ª CCR: "Procedimento Padrão de Atuação" e "Roteiro para Padronização dos Instrumentos de Atuação".

A partir do estabelecimento prévio das metas, conseguido a partir do preenchimento de questionários pelos membros com atuação na área, vislumbrou-se, para tornar mais ágil o trabalho dos membros na área, seja daqueles que ingressaram recentemente na carreira, seja daqueles que mudaram de área de atuação, assentar no VI Encontro roteiros de padronização dos procedimentos de atuação relacionados à transferência de recursos à saúde e à educação; a administração de verbas federais por convênios; as licitações e obras públicas; desapropriações e obras, e concurso público e servidores. Ademais, o trato da 5ª CCR com os institutos do Termo de Ajustamento de Conduta, Recomendação, Portarias, Foro Privilegiado, Mecanismos de avaliação de resultados e a discussão no Conselho Superior sobre a regulamentação do Inquérito Civil Público e de Procedimento Administrativo Cível fazia oportuna a discussão desses temas.

Ademais, o VI Encontro, divulgando mais ferramentas de trabalho, apresentou o protótipo do banco de dados de produção jurídica na defesa do patrimônio público e social, de modo que, espera-se em curto prazo, pesquisar-se à semelhança dos tribunais, por assunto, número de procedimento ou de ação judicial, no referido banco de dados, que deverá ser alimentado com as peças jurídicas pelas unidades.

Pretende-se que cada um dos temas eleitos como prioritários, discutidos nos cinco grupos de trabalho, permaneça sendo objeto de atenção e estudo para propiciar mais enriquecimento e dar ensejo a uma atuação mais coesa, eficiente e eficaz. E, por fim, pretende-se a atualização periódica desses roteiros, acolhendo sugestões dos colegas.

Os resultados e maiores detalhamentos encontram-se publicados na página da Câmara nos links "Seminários e Encontros" e "Publicações" no endereço:

<http://intranet.mpf.gov.br/pgr/5camara/index.htm>.



6. HOME PAGE

Considerando que a Internet, como também o ambiente da Intranet Nacional do MPF, é cada vez mais o portal de acesso às informações relevantes de cada órgão, a 5ª Câmara intensificou a implementação de novos canais de informações e dados. Dentre os itens incluídos e modificados citamos:

- “Representantes”;
- “Atas” - inclusão das atas de distribuição;
- “Listas de Discussão”;
- “Informativos/Comunicados”;
- “Convênios”;
- “Enunciados/Orientações”;
- “Seminários/Encontros”;
- “Pauta de Reuniões”;
- “Base de Dados”;
- “Publicação”, e a lista do Patrimônio público com a participação de cerca de 230 membros.





7. BANCO DE DADOS/CATÁLOGO

Em 2004 consolidou-se o desenvolvimento e a implantação do Banco de Dados de Inteiro Teor da produção jurídica da área do Patrimônio Público, com a inclusão das iniciais das ações, votos, pareceres, termos de ajustamento de conduta, recomendações, totalizando 26 diferentes documentos produzidos pelo MPF. Mais de 2.700 documentos já estão incluídos. No *link* “Base de dados” constam orientações quanto aos procedimentos para inclusão e consultas e uma ajuda explicando as características de cada documento passível de inclusão na base de dados.

A base de dados foi concebida para ser alimentada preferencialmente pelos Gabinetes. Considerando que algumas etapas no desenvolvimento da programação do sistema ainda estão em andamento e em face da necessidade de regulamentação dos procedimentos para alimentação, a Câmara encaminhou, mediante ofício, ao Senhor Secretário-Geral, em dezembro de 2004, com conhecimento ao Senhor Procurador-Geral, dossiê contendo todas as etapas percorridas, como subsídio, de modo a ensejar a continuidade dos trabalhos de aperfeiçoamento.

O Catálogo de Procedimentos e Ações, antes estático, em ambiente de processador de texto (padrão PDF), passou para estrutura de base de dados (Excel e ACL). Atualizado, submeteu-se à análise de integridade dos registros, com inclusão de campos como o da identificação de PA ou ação; a matéria tratada e a situação atual. Com as novas solicitações às Unidades nos Estados, o banco de dados do Catálogo passou dos 5 mil registros para mais de 11 mil.

Com base nesse acervo, é possível extrair-se estatísticas gerenciais sobre pontos importantes dos procedimentos administrativos e dos feitos judiciais. A versão mais recente encontra-se publicada na página da Câmara disponível para consultas.



8. CONVÊNIOS

8.1. Banco Central do Brasil - BACEN

Objeto: Atuação Conjunta do MPF e do BACEN, visando a elaboração de análises e laudos técnicos destinados a subsidiar os Membros do MPF em matérias que envolvam o mercado financeiro e de capitais, bem como os consórcios para aquisição de bens duráveis.

8.2. Caixa Econômica Federal - CEF

Objeto: Possibilitar o acesso às informações registradas no Sistema Nacional de Pesquisa de Custas e Índices da Construção Civil - SINAPI.

8.3. Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA

Objeto: Cooperação Técnico-financeira e operacional voltada para o desenvolvimento de estudos, projetos ou atividades de interesse comum nas questões agrárias, no âmbito de suas respectivas competências.

8.4. Ministério da Defesa - Comando do Exército

Objeto: Cooperação em atividades de engenharia civil, realizando estudos, pesquisas e laudos periciais que permitam subsidiar e apoiar tecnicamente os trabalhos do MPF, relativos ao Patrimônio Público e Social.

8.5. Secretaria da Receita Federal - SRF

Objeto: Fornecimento, por parte da Secretaria da Receita Federal - SRJ, de dados cadastrais em todos os âmbitos do MPF, nos termos das Instruções Normativas nºs 19 e 20, de 17 de fevereiro de 1998.

8.6. Serviço Federal de Processamento de Dados - SERPRO

Objeto: Implementação, operacionalização e manutenção do Serviço de Gerenciamento de Interconexão de Redes de interesse do MPF, para o acesso contínuo, *on line*, de dados cadastrais CPF e CNPJ, bem como de bases de dados autorizadas pelos seus respectivos gestores.

8.7. Tribunal de Contas da União - TCU

Objeto: Estabelecer formas de cooperação no sentido de dinamizar o cumprimento do disposto no artigo 129, incisos I, III, VI e VIII e no artigo 71, inciso VIII da CF/88, e realizar treinamentos, intercâmbio de informações e outras ações conjuntas.



9. SISTEMAS INFORMATIZADOS E APLICATIVOS

No link “Sistemas Disponíveis”, na página da Câmara (<http://intranet.mpf.gov.br/pgr/5camara/index.htm>), estão listados softwares e bancos de dados, com informações de uso e procedimentos para acesso, destinados a membros e servidores:

- Softwares para realização de cálculos financeiros, atualização monetária e conversão de padrão monetário:

ATUALIZA
CORMONET

- Bancos de dados junto ao Governo Federal:

 SIAFI - informações sobre a execução financeira e orçamentária do Governo Federal, no mais amplo nível de acesso, de número 9;

 SISBACEN - informações sobre o Sistema Financeiro Nacional, tais como composição societária; vinculação de empresas de um conglomerado, taxas de juros e de câmbio; normas consolidadas do Sistema Financeiro; cadastro de inadimplentes para com os órgãos federais; comunicações pelo Banco Central ao Ministério Público de crimes contra o Sistema Financeiro, etc;

 CPF e CNPJ - base de dados com informações cadastrais de contribuintes junto à Secretaria da Receita Federal;

 SINAPI - sistema nacional de pesquisa de custos e índices da construção civil mantido pela Caixa Econômica Federal, preferencialmente destinado aos Analistas em Engenharia Civil.



10. RECURSOS SOLICITADOS PELA CÂMARA

Com a finalidade de assegurar as condições ao bom andamento dos trabalhos da Câmara, foi solicitado o fornecimento dos seguintes recursos:

Área de Informática

- Renovação anual da licença de uso do software ATUALIZA

Área de Pessoal

- 01 Analista Pericial em Contabilidade
- 01 Analista Pericial em Economia - pendente de atendimento
- 01 Analista Pericial em Engenharia - pendente de atendimento
- 04 Analistas Processuais - atendimento parcial (01)
- 01 Analista de Documentação/Comunicação Social (Jornalista/Direito) - pendente de atendimento
- 08 Técnicos Administrativos - pendente de atendimento
- 01 Técnico de Informática - pendente de atendimento
- 04 Técnicos de Apoio Especializado - pendente de atendimento

Área de Material

- 01 Cofre mecânico
- 01 Aparelho de som com CD e fita cassete



11. COMPOSIÇÃO DA CÂMARA

11.1. Membros do Colegiado

MEMBROS TITULARES

(Portaria PGR nº 256, de 04.05.2004)

GILDA PEREIRA DE CARVALHO - **Coordenadora**
Subprocuradora-Geral da República

MOACIR MENDES SOUSA
Subprocurador-Geral da República

CÉLIA REGINA SOUZA DELGADO
Subprocuradora-Geral da República

MEMBROS SUPLENTES

(Portaria PGR nº 454, de 09.08.2004)

JOSÉ EDUARDO DE SANTANA
Subprocurador-Geral da República

HAROLDO FERRAZ NÓBREGA
Subprocurador-Geral da República

BRASILINO PEREIRA DOS SANTOS
Subprocurador-Geral da República

11.2. Representação eleita nos Estados e Municípios

Procuradorias Regionais da República

1ª Região José Adonis Callou de Araújo Sá
Hindemburgo Chateaubriand Pereira Diniz Filho (*Suplente*)

2ª Região Luís Cláudio Pereira Leivas

3ª Região Mônica Nicida Garcia

4ª Região Eduardo Kurtz Lorenzoni
Vitor Hugo Gomes da Cunha (*Suplente*)

5ª Região Francisco Chaves dos Anjos Neto
Francisco Rodrigues dos Santos Sobrinho (*Suplente*)

Procuradorias da República nos Estados

● Acre	Marcus Vinícius Aguiar Macedo
● Alagoas	Renato Sulteira de Oliveira
● Amazonas	Ageu Florêncio da Cunha Frederico Pellucci (<i>Suplente</i>)
● Amapá	Paulo Roberto Olegário de Sousa
● Bahia	Danilo Pinheiro Dias Vladimir Barros Aras (<i>Suplente</i>)
● Ceará	Nilce Cunha Rodrigues Oscar Costa Filho (<i>Suplente</i>)
● Distrito Federal	Valquíria Oliveira Quixadá Nunes
● Espírito Santo	Carlos Fernando Mazzoco
● Goiás	Hélio Telho Corrêa Filho
● Maranhão	Sergei Medeiros Araújo Marco Aurélio Alves Adão (<i>Suplente</i>)
● Mato Grosso	Marcello Santiago Wolff Marcelo Borges de Mattos Medina (<i>Suplente</i>)
● Mato Grosso do Sul	Allan Versiani de Paula
● Minas Gerais	Adaílton Ramos do Nascimento
● Pará	Regis Richael Primo da Silva
● Paraíba	Fábio George Cruz da Nóbrega José Guilherme Ferraz da Costa (<i>Suplente</i>)
● Paraná	Elton Venturi
● Pernambuco	Mabel Seixas Menge Marcelo Mesquita Monte (<i>Suplente</i>)
● Piauí	Carlos Wagner Barbosa Guimarães Marco Túlio Lustosa Caminha (<i>Suplente</i>)
● Rio de Janeiro	Lílian Guilhon Dore
● Rio Grande do Norte	Yordan Moreira Delgado Caroline Maciel da Costa (<i>Suplente</i>)
● Rio Grande do Sul	Márcia Noll Barboza Carolina da Silveira Medeiros (<i>Suplente</i>)

● Rondônia	Reginaldo Pereira da Trindade Heitor Alves Soares (<i>Suplente</i>)
● Roraima	Maurício Fabretti Rômulo Moreira Conrado (<i>Suplente</i>)
● Santa Catarina	André Stefani Bertuol Cláudio Dutra Fontella (<i>Suplente</i>)
● São Paulo	Suzana Fairbanks Lima de Oliveira
Bauru	Fabio Bianconcini de Freitas
● Sergipe	Paulo Gustavo Guedes Fontes
● Tocantins	Renato Carvalho Viana

A lista, completa e atualizada, com os nomes dos representantes da Câmara junto às Procuradorias Regionais da República, Procuradorias da República nos Estados e Municípios consta na Intranet Nacional do MPF, na página da Câmara, no endereço:

<http://intranet.mpf.gov.br/pgr/5camara/index.htm>.



12. EQUIPE DE SERVIDORES

12.1. Assessoria Técnica

Contabilidade e Economia

Almir Pereira da Silva
Andréa de Oliveira Bomfim
Carlos Alberto de Oliveira Lima - Assessor (Economista - requisitado BACEN)
Fernando Sanchez Souza
Luciano Pereira Cayres
Romeu Bizó Drumond

Engenharia Civil

Marta Ligia de Freitas Vieira - Assessora (Analista Pericial/Engenharia Civil)
Rita de Cássia Resende Pereira

12.2. Assessoria Jurídica

Isabel Cristina de Oliveira Freitas	(contratada)
Karine Santana Moraes	(contratada)
Maria Cecília M. L. Panquestor	(contratada)

12.3. Assessoria de Informação e Documentação

José Areolino de Carvalho	
Pedro Marçal Gonçalves	(contratado)

12.4. Assessoria Administrativa

Secretaria

Débora Cristina Larocca Rigailo	(contratada)
José Henrique Soares Lins	
Lusia Reinalda da Costa - Assessora	(Bacharel em Direito)
Paulo Saldanha Martins	(Licença)
Raquell Ferreira de Paula	(contratada)
Monique de Souza Moura	(contratada)
Selma Maria de Oliveira Marques	(contratada)